

## DEUS ACIMA DE TODOS E A VERDADE LIBERTADORA: DISCURSOS POLÍTICOS NO CRONOTOPO DE 2019

Fábio Marques de Souza<sup>1</sup>  
Filipe Reis Melo<sup>2</sup>  
Flávio José Souza Silva<sup>3</sup>  
Silvia Garcia Nogueira<sup>4</sup>  
DOI: 10.29327/2282886.8.1-18

**Resumo:** Este artigo apresenta uma Análise Dialógica do Discurso (ADD) a respeito das influências da cosmovisão religiosa cristã na construção discursiva da Política Externa Brasileira (PEB), tendo como principal enunciado concreto o discurso de posse do então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em janeiro de 2019, analisado em diálogo com o contexto sócio-político-ideológico mais amplo, como a campanha presidencial que levou Bolsonaro à presidência e fragmentos do discurso de posse da Ministra das Mulheres e Direitos Humanos Damares Alves. A pesquisa conclui que a cosmovisão religiosa tem sido utilizada como um recurso retórico para legitimar ações políticas e diplomáticas do governo brasileiro, o que pode ter efeitos significativos na construção de uma identidade nacional e na relação com outros países. O estudo utiliza uma abordagem interdisciplinar, que combina os Estudos da Linguagem, da Ciência Política e das Relações Internacionais para compreender as influências da cosmovisão religiosa nas construções discursivas da PEB. Como resultados, identificamos a influência das cosmovisões religiosas na construção discursiva da PEB, como sendo um elemento dialógico que compõe o projeto político, legitimado pelos discursos dos então Ministros de Estado e do presidente da República à época.

**Palavras-chave:** Cosmovisão religiosa; Discurso político; Política externa brasileira; Retórica; Legitimação.

## DIOS POR ENCIMA DE TODOS Y LA VERDAD LIBERADORA: DISCURSOS POLÍTICOS EN EL CRONOTOPO DE 2019

**Resumen:** Este artículo presenta un Análisis Dialógico del Discurso (ADD) sobre las influencias de la cosmovisión religiosa cristiana en la construcción discursiva de la Política Exterior Brasileña (PEB), tomando como discurso concreto principal el discurso de posesión del Ministro de Relaciones Exteriores, Ernesto Araújo, en enero de 2019, analizado en diálogo con el contexto socio-político-ideológico más amplio, como la campaña presidencial que llevó a Bolsonaro a la presidencia y fragmentos del discurso de posesión de la Ministra de la Mujer y Derechos Humanos, Damares Alves. La investigación concluye que la cosmovisión religiosa se ha utilizado como un recurso retórico para legitimar acciones políticas y diplomáticas del gobierno brasileño, lo que puede tener efectos significativos en la construcción de una identidad nacional y en las relaciones con otros países. El estudio utiliza un enfoque interdisciplinario que combina los Estudios del Lenguaje, la Ciencia Política y las Relaciones Internacionales para comprender las influencias de la cosmovisión religiosa en las construcciones discursivas de la PEB. Como resultado, identificamos la influencia de las cosmovisiones religiosas en la construcción discursiva de la PEB, como un elemento dialógico que forma parte del proyecto político, legitimado por los discursos de los entonces Ministros de Estado y del presidente de la República en ese momento.

<sup>1</sup> Professor no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores - Universidade Estadual da Paraíba (PPGFP - UEPB) OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-4538-3204>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1753039621977042> fabiohispanista@servidor.uepb.edu.br

<sup>2</sup> Professor no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI - UEPB). OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-9472-6491>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4203193403530311> filipe.reis@servidor.uepb.edu.br

<sup>3</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/ESS - UFRJ). OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-2381-7174>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4767941845483534> souza.flavio@servidor.uepb.edu.br

<sup>4</sup> Professora no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI - UEPB). OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-5757-7148>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1263593714592175> silvianogueira@servidor.uepb.edu.br

**Palabras claves:** Cosmovisión religiosa; Discurso político; Política exterior brasileira; Retórica.

## GOD ABOVE ALL AND LIBERATING TRUTH: POLITICAL DISCOURSES IN THE CHRONOTOPE OF 2019

**Abstract:** This article presents a Dialogical Discourse Analysis (DDA) regarding the influences of the Christian religious worldview on the discursive construction of Brazilian Foreign Policy (BFP). The main concrete statement analyzed is the inaugural speech of the Minister of Foreign Affairs, Ernesto Araújo, in January 2019, examined in dialogue with the broader socio-political-ideological context, such as the presidential campaign that brought Bolsonaro to power and fragments of the inaugural speech of the Minister of Women and Human Rights, Damare Alves. The research concludes that the religious worldview has been used as a rhetorical resource to legitimize political and diplomatic actions of the Brazilian government, which can have significant effects on the construction of national identity and the relationship with other countries. The study employs an interdisciplinary approach, combining Language Studies, Political Science, and International Relations, to understand the influences of the religious worldview on the discursive constructions of BFP. As a result, we identify the influence of religious worldviews on the discursive construction of the BFP, as being a dialogical element that composes the political project, legitimized by the speeches of then Ministers of State, and the president of the Republic at the time.

**Keywords:** Religious worldview; Political discourse; Brazilian foreign policy; Rhetoric; Legitimation.

### Palavras iniciais

Na tessitura complexa dos discursos políticos contemporâneos, emerge a influência intrínseca das cosmovisões religiosas na construção discursiva do mundo. O estudo da interação entre linguagem, política e religião ressalta a relevância de compreendermos como termos polissêmicos, ancorados na esfera da fé e da transcendência, são hábeis instrumentos de persuasão e legitimação na esfera pública. Neste artigo, lançamos nosso olhar investigativo a respeito das relações dialógicas que permearam os discursos de posse dos ministros Ernesto Araújo (pasta de Relações Exteriores) e Damare Alves (pasta de Mulheres e Direitos Humanos) em sintonia com o governo do presidente Jair Bolsonaro, no ano de 2019. Nossa escolha por este cronotopo se pautou no fato de ser o primeiro ano do novo governo e por considerar os discursos de posse como peças discursivas chave para se compreender a visão e as intenções da nova gestão, além de obter previsões sobre políticas públicas e ações futuras.

No cerne de nossa análise reside a reflexão acerca dos termos "verdade" e "liberdade", imbuídos de ressonâncias religiosas, que encontraram eco nos discursos políticos proferidos nesse período. Emanados de uma cosmovisão fortemente marcada por fundamentos cristãos, esses termos transcendem sua dimensão linguística, alçando-se a uma altura discursiva onde interagem com noções sagradas e valores espirituais. A percepção das complexas relações entre linguagem e religião, aliada às dinâmicas políticas, desenha um cenário instigante que merece a atenção dos observadores da política e da linguagem.

No decorrer deste artigo, direcionamos nossa análise para o exame detido do governo Bolsonaro (2019-2022), cuja retórica enraizada na cosmovisão religiosa se manifestou de maneira proeminente. Uma atenção especial é reservada ao discurso de posse do então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (2019-2021), cujas expressões e associações linguísticas revelam o enlace entre a esfera política e a religiosa. Este enunciado concreto<sup>5</sup> específico se torna uma peça-chave para compreendermos como a cosmovisão religiosa não apenas influenciou o discurso político, mas também direcionou as bases discursivas que sustentaram a política externa (SOUZA; MELO; NOGUEIRA, 2023).

Por meio do prisma conceitual do Círculo de Bakhtin e de sua teoria dialógica (BAKHTIN, 2010, 2011, 2013, 2016; BRAIT, 2006a, 2006b; VOLÓCHINOV, 2017), buscamos penetrar nas vozes que ressoam nos discursos políticos, identificando diálogos e polifonias que delineiam o palimpsesto discursivo contemporâneo. A abordagem interdisciplinar, que entrelaça Ciência Política, Relações Internacionais e a perspectiva teórica bakhtiniana, nos permite desvelar as nuances e os matizes das interações complexas entre linguagem, política e religião.

Em termos teórico-metodológicos, em sintonia com o que delineamos em Souza, Melo, Nogueira (2023a), levamos em conta a forma dos enunciados, mas também o contexto socioideológico em que foram produzidos: as orientações analíticas consideraram, de forma integrada e simultânea, a descrição, a análise e a interpretação. Esses direcionamentos foram atravessados por três focos de estudos do campo da Análise Dialógica do Discurso (ADD), que se relacionaram com as relações dialógicas, gêneros do discurso e formas da língua (DESTRI; MARCHEZAN, 2021). Tomamos como corpus principal o discurso de posse de Ernesto Araújo, como Ministro das Relações exteriores, em janeiro de 2019 e buscamos compreendê-lo em diálogo com o contexto sociopolítico-ideológico mais amplo que o abrigou, como alguns pronunciamentos do então presidente Jair Bolsonaro e fragmentos do discurso de posse da ministra das Mulheres e Direitos Humanos, Damare Alves.

Portanto, nossa incursão neste artigo visa não apenas desvendar a presença da cosmovisão religiosa na construção discursiva do mundo, mas também analisar as implicações políticas e sociais que emergem desse entrecruzamento. Ao desvelar as camadas profundas que conformam a retórica política do governo Bolsonaro e de seus ministros, durante o ano de 2019, almejamos contribuir para uma compreensão mais profunda das forças

---

<sup>5</sup> Compartilhamos da perspectiva bakhtiniana que compreende o enunciado concreto como sendo um evento social e um elemento inseparável da vida linguística e ideológica. Volóchinov (2017, p. 135) propõe o estudo do Enunciado Concreto como um componente da estrutura socioideológica. Para o referido autor “o signo e sua função social estão fundidos de modo inseparável.”

que moldam a paisagem discursiva contemporânea, oferecendo um olhar sobre a intersecção entre religião, linguagem e política no contexto atual.

## 1. O Estado laico em um governo “cristão”

A ascensão do conservadorismo no Brasil não foi apenas resultado das escolhas eleitorais dos cidadãos, mas também de um processo social mais amplo, conforme apresenta Almeida (2019a), com quem concordamos. Ao tecer o ensaio “Deus acima de todos”, para a obra “Democracia em risco?” que objetivava pensar o Brasil no cronotopo de 2019, o autor argumenta que a campanha eleitoral de Bolsonaro foi uma espécie de destilação de um processo social mais amplo que está em andamento no país e no mundo que é a ascensão de partidos da extrema direita (NOURBAKHSH et al, 2023; BELLO, 2019; PINHEIRO-MACHADO, VARGAS-MAIA, 2023). Esse processo começou a se desenrolar durante a crise social que o Brasil enfrentou após as manifestações de junho de 2013. Essas manifestações foram responsáveis por liberar forças sociais que estavam parcialmente desarticuladas e reprimidas sob uma legitimidade discursiva construída pelo campo político à esquerda.

A partir de então, houve uma sinergia crescente entre distintos atores sociais, uma amálgama de valores culturais e uma concentração de forças políticas que, juntos, configuram o que é comumente chamado de “onda conservadora”. O antropólogo argumenta que o Deus ao qual Bolsonaro invoca faz parte dessa onda conservadora:

Ele [esse Deus] não está acima de todas as coisas, mas se articula a algumas linhas de força social que constituem a onda. (...) Nem todos os conservadores são evangélicos; nem todos os evangélicos são conservadores. Entre os religiosos existem progressistas e conservadores, liberais e socialistas, moderados e fundamentalistas. Estão em todos os partidos. Entretanto, a tendência evangélica mais hegemônica é constituída – e, ao mesmo tempo, é constituinte – dessa onda em curso no Brasil (ALMEIDA, 2019a, 39-40).

A campanha presidencial que levou Bolsonaro<sup>6</sup> à chefia do executivo foi rica em citações bíblicas e contou com sinalizações, alianças e apoios estratégicos junto ao segmento evangélico, demograficamente expressivo (ainda que não coeso), “mobilizados por pautas de costumes, pelo medo da ‘ameaça comunista’ e pelo apelo à honestidade das ‘pessoas de bem’, muitos evangélicos votaram no candidato” (ALMEIDA, 2019, p. 37). Apesar de Bolsonaro

<sup>6</sup> À época da campanha, o candidato em questão, compunha o Partido Social Liberal (PSL), formalizando a chapa: “Brasil Acima de tudo, Deus acima de todos”, junto ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), partido do seu vice, o general Mourão. Logo após a vitória na campanha eleitoral em 2018, Bolsonaro rompe com o PSL e, em novembro de 2021, filia-se ao Partido Liberal (PL). Ambos partidos são marcados pelo conservadorismo, reacionarismo e posicionamentos contrários à diversidade humana e às liberdades individuais.

declarar-se católico, Silas Malafaia, pastor da Assembleia de Deus, celebrou o seu casamento com Michele, uma evangélica e,

após a votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) na Câmara dos Deputados, em 2016, Bolsonaro foi batizado pelo pastor Everaldo, também da Assembleia de Deus, no Rio Jordão, em Israel, mesmo tendo recebido o sacramento católico na infância” (ALMEIDA, 2019a, p. 36).

Ao longo do governo, o então chefe de Estado se mostrou como “um cristão, sem acentuar as cores católicas e sempre sinalizando para os evangélicos que pode ser, parecer ou se tornar evangélico” (ALMEIDA, 2019a, p. 37). Neste sentido, o então presidente expressou a utilidade que alguns segmentos religiosos representaram para ele, no sentido de aglutinar sujeitos que pudessem reproduzir os ideais e ideias retrógrados os quais ele representa. Não é possível afirmar, com certeza, a que cristão o governo de Bolsonaro representa, pois a comunidade cristã brasileira é diversa e composta por diferentes denominações e correntes de pensamento.

Inclusive, é importante destacar que há cristãos que se opuseram ao governo de Bolsonaro e a suas políticas. Um exemplo disso é a chamada "teologia da libertação", que tem suas raízes na América Latina e enfatiza a justiça social e a luta contra a opressão e a desigualdade. A teologia da libertação é baseada no Evangelho e busca uma leitura mais crítica e engajada do texto sagrado, procurando aplicar seus princípios na defesa dos direitos humanos, na solidariedade com os mais pobres e marginalizados e na promoção da paz (BINGEMER, 2017; GUTIÉRREZ, 2000). Essa corrente teológica é frequentemente associada a movimentos sociais progressistas e partidos de esquerda, que têm criticado o governo de Bolsonaro por sua agenda conservadora e liberal na economia. Por exemplo, a Reforma da Previdência, que foi aprovada no início do mandato de Bolsonaro, foi criticada por muitos cristãos que viram nela um ataque aos mais pobres e vulneráveis, que dependem da seguridade social para sobreviver.

Outra questão que causou controvérsia entre os cristãos e o governo Bolsonaro foi a sua política ambiental de governo. Muitos cristãos vêem a preservação da natureza como uma questão fundamental de justiça social e de responsabilidade com as gerações futuras, e criticaram o governo por suas políticas de desmatamento e exploração dos recursos naturais. É importante lembrar que a diversidade de opiniões entre os cristãos é um reflexo da própria diversidade do Evangelho e da pluralidade de interpretações que ele pode suscitar. Portanto, é preciso respeitar as opiniões divergentes e buscar o diálogo e o entendimento mútuo, sempre com base nos princípios de amor, justiça e solidariedade que são centrais para a fé cristã.

Independentemente da variedade de interpretações e de posicionamentos políticos cristãos sobre as políticas adotadas pelo governo do e pelo então presidente Bolsonaro, o fato é que ações e discursos governamentais apontaram para um entrelaçamento entre práticas religiosas e laicas. Este é o caso de orações ritualisticamente proferidas antes de atos formais vinculados às atividades burocrático-formais do então chefe e de seus Ministros do Estado brasileiro.

## 2. Oração de abertura

Almeida (2019a) relembra que, antes de iniciar o discurso da vitória, logo após anunciado o resultado das eleições 2018, Jair Messias Bolsonaro passou a palavra ao senador, pastor e cantor gospel Magno Malta (PR-ES), que enunciou: “Nós começamos essa jornada orando. E o mover de Deus... e ninguém vai explicar isso nunca: os tentáculos da esquerda jamais seriam arrancados sem a mão de Deus. Começamos orando e mais do que justo que agora oremos para agradecer a Deus” (MALTA, 2018).

Em seguida, após todos os presentes darem as mãos, iniciou-se uma típica oração evangélica pentecostal e, ao final, em coro, enunciaram o bordão da campanha: “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. Dentre os vários pronunciamentos efetuados na ocasião, Bolsonaro agradece a Deus por ter sido salvo pelos profissionais da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e do Hospital Albert Einstein em São Paulo<sup>7</sup>. Ele afirma que essa é uma missão divina e que a verdade é libertadora. Bolsonaro promete que seu governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade, não apenas em nome de um partido, mas como um juramento a Deus. Ele acredita que a verdade vai libertar o Brasil e que a liberdade vai transformá-lo em uma grande nação. Bolsonaro afirma que a verdade é um farol que guiará seu caminho e continuará iluminando seu governo (ALMEIDA, 2019a).

Nos pronunciamentos do então presidente do Brasil, a palavra verdade é repetida várias vezes. Além disso, a citação bíblica “*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*” é transformada em mais um *slogan* da campanha, já que uma e outra vez é mencionado o ataque que sofreu e sua recuperação, o que permite a Bolsonaro expressar sua gratidão aos profissionais de saúde e a Deus, que é visto como o intermediário que possibilitou seu milagroso retorno para cumprir sua suposta missão divina. Ele prossegue enfatizando sua obsessão pela verdade:

---

<sup>7</sup> Esfagueado em Juiz de Fora em 6 de setembro de 2018, ele foi operado por médicos da Santa Casa da cidade mineira (LEIA, 2019).

além das reiteradas ocorrências do termo "verdade", há uma passagem em que a obsessão bolsonarista com a verdade torna-se ainda mais manifesta. Trata-se deste juramento: "Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa; não de um partido. Não é a palavra vã de homem. É um juramento a Deus". A instituição das "testemunhas", a indicação da "promessa", a denegação da "palavra vã" e a asserção do "juramento a Deus" produzem uma saturação na garantia que se pretende outorgar ao que é proferido. De modo geral, já fomos ensinados a ler o excesso como sintoma da falta. Vimos aqui que, com Bolsonaro, algo semelhante já se processara em sua insistência nas obsessivas demonstrações de coragem e virilidade e em não poucas simulações de humildade (PIOVEZANI; GENTILE, 2020, p. 231-232).

Assim, o discurso do então presidente eleito externa aquilo que ele representa e acredita, uma aglutinação entre a política e a religião, a fim de constituir uma forma de se fazer política, que por meio do discurso é manifesta e externa o autoritarismo, a sua obsessão pelo "mito do homem viril", que tanto marcou os anos duros da ditadura militar – anos, os quais, o próprio presidente faz questão de comemorar e mencionar como sendo uma "revolução para o nosso país" (CARTA CAPITAL, 2021). Outro elemento, importante a ser destacado, é o juramento como sendo:

O remédio contra o flagelo da violação da palavra dada. Sua função consiste em tentar garantir a verdade do que é dito, justamente porque sabemos que a linguagem humana nos permite dizer a verdade, mas também mentir e guardar segredos, porque, diferentemente da linguagem divina, que faz o que diz no próprio ato de dizer, na dos humanos não há correspondência necessária entre palavras e coisas falas e ações. Ele destina-se a impedir a desconfiança e a assegurar a verdade de uma asserção ou de uma promessa (PIOVEZANI; GENTILE, 2020, p. 232).

Neste sentido, segundo os autores citados, o juramento é utilizado como um mecanismo, uma forma de garantir a veracidade do que é dito ou prometido. É importante destacar que a linguagem humana permite que as pessoas mintam e guardem segredos, o que pode gerar desconfiança e violação da palavra dada. No entanto, o juramento, por sua vez, possui a finalidade de garantir a verdade do que é dito ou prometido. Funcionando, assim, como uma forma de comprometimento solene, no qual a pessoa que faz o juramento coloca a sua credibilidade em jogo, o que pode servir como um incentivo para que ela cumpra a sua palavra. Portanto, a o juramento, feito pelo então presidente Bolsonaro, cumpre um papel de convencer o seu eleitorado, em torno de um projeto político específico.

Em consonância com Almeida (2019a), acredita-se que um governante só pode governar de acordo com a forma e com as pessoas que o elegeram. Ou seja, o projeto de governo deve ter vinculação com as forças políticas que o elegeram. Qualquer outra forma de governar seria uma fraude eleitoral. Nesse sentido, o então presidente Bolsonaro construiu ministérios alinhados às visões ideológicas e discursivas dos eleitores que o escolheram. Essa

aliança se manifesta em citações religiosas que permeiam os discursos de posse de seus ministros à época. Um exemplo flagrante seria a seguinte citação: ‘Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará’ (JOÃO, 8:32), pronunciada pelo embaixador Ernesto Araújo, na cerimônia de posse, como então Ministro das Relações Exteriores, em 2019.

Nesta linha de raciocínio, outro caso expressivo, foi o seguinte pronunciamento: “O Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã [...] Acredito nos desígnios de Deus e propósitos de Deus” (BORGES, 2019, s/p), da ministra das Mulheres e Direitos Humanos, Damare Alves, que inspirou o título deste subitem.

Aplaudida repetidamente por centenas de assessores e convidados, com frequentes comentários de ‘aleluia’ e ‘graças a Deus’, Damare, que é evangélica, chorou em diversos momentos de seu discurso (...) a ministra declarou que vai governar com ‘princípios cristãos’, sempre priorizando a família. (BORGES, 2019, s/p).

Souza (2019) argumenta que apreender o Estado Brasileiro como laico implica na separação entre a religião e suas manifestações ideológicas dos atos governamentais. Para ele, “em uma democracia, a pluralidade de crenças e valores é incalculável, justamente por pousar sobre a liberdade. E o Estado deve agir com o máximo de neutralidade e igualdade possível com relação às mais diversas pautas” (s.p.). É neste sentido que se considera a laicidade como princípio crucial para a manutenção da democracia e dos direitos individuais e coletivos. Em complemento a Souza, Fischman afirma que:

assim, o caráter laico do Estado, que lhe permite separar-se e distinguir-se das religiões, oferece à esfera pública e à ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade humana. Permite, também, a cada um dos seus, individualmente, a perspectiva da escolha de ser ou não crente, de associar-se ou não a uma ou outra instituição religiosa. E, decidindo por crer, ou tendo o apelo para tal, é a laicidade do Estado que garante, a cada um, a própria possibilidade da liberdade de escolher em que e como crer, enquanto é plenamente cidadão, em busca e no esforço de construção da igualdade (FISCHMANN, 2012, p. 16 - 17).

O dicionário Priberam da Língua Portuguesa (c2022) apresenta, dentre os conceitos do vocábulo laico, “que não sofre influência ou controle por parte da igreja”. Almeida apresenta que “boa parte da argumentação dos atores pró-conservadorismo dos costumes apela para a constatação [...] de que ‘O Estado é laico, mas a sociedade é religiosa’, ou então de que ‘O estado é laico, mas não é ateu’” (2019a, p. 47). Damare foi além ao enunciar que, apesar do Estado ser laico, ela era uma ministra terrivelmente cristã. O mesmo dicionário apresenta “terrível” e “terrivelmente” como vocábulos que gravitam em um campo semântico negativo, filiado ao terror, a algo assustador e medonho:

ter·rí·vel

1. Que infunde terror. 2. Assustador. 3. Medonho. 4. Enorme. 5. Extraordinário.  
6. Funestíssimo. 7. Muito mau.  
ter·ri·vel·men·te  
(terrível + -mente). Advérbio. 1. De modo terrível.  
2. Em grau elevado (ex.: ele é terrivelmente maçador) = MUITO  
(PRIBERAM, c2022).

A associação do vocábulo “terrivelmente” ao cristianismo, no contexto em que foi enunciado, soa como algo negativo, estranho e contraditório e em oposição ao princípio do Estado laico, principalmente quando pronunciado por uma agente do Estado. Porém, esta associação vocabular expressa a posição ideo-cultural assumida pelo Estado no contexto do conservadorismo religioso.

Por meio das breves reflexões que traçamos até o momento, fora possível demonstrar que os discursos proferidos externam os seus vínculos com os ideais reacionários que, por meio da insistente filiação da política e da religião, externam um discurso potente e constroem relações de poder. Neste sentido, “a verdade” que seria responsável em libertar um povo, consolida-se enquanto uma ideologia da conformação, já que os princípios divinos quiseram assim, cabendo aos sujeitos respeitarem, aguardarem e orarem.

## 2.1 “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”: o Estado laico num governo “terrivelmente” cristão

Segundo Brum (2019), a escolha dos ministros pelo então presidente Jair Bolsonaro foi guiada por motivos afetivos, ao invés de levar em consideração competências ou expertises dos candidatos ao cargo. Neste sentido, segundo a autora, a escolha dos ministros no governo Bolsonaro não foi baseada em critérios técnicos ou políticos, mas muitas vezes por meio de vínculos pessoais ou afetivos. Um caso notório, seria a indicação de Ernesto Araújo, ao cargo de Ministro das Relações Exteriores, mesmo que em suas opiniões e atitudes pareçam desprezar a tradição diplomática. O nacionalismo religioso, apresentado em um artigo publicado por Araújo<sup>8</sup>, indica os vínculos entre religião e a ideologia, como diretriz do futuro governo Bolsonaro.

O nacionalismo religioso defendido por Ernesto Araújo pode ser observado em seu discurso de posse, como Ministro das Relações Exteriores, em Brasília, em 2 de janeiro de 2019. Araújo inicia a sua fala cumprimentando as autoridades, a família, amigos e colegas presentes e, logo em seguida, apresenta uma citação bíblica:

[Excerto 41]

<sup>8</sup> Disponível em: <https://newcriterion.com/issues/2019/1/agora-falamos>. Acesso em: 03 fev. 2024.

Gostaria de começar com uma frase que é absolutamente fundamental para entender o que está acontecendo no Brasil. Vou dizê-la de uma maneira diferente do que vocês estão acostumados a ouvir: *Gnosesthe ten aletheian kai he aletheia eleutherosei humas*. Essa convicção íntima e profunda animou o Presidente Jair Bolsonaro na luta extraordinária que ele travou e está travando para reconquistar o Brasil e devolver o Brasil aos brasileiros (ARAÚJO, 2019, s.p.).

A citação bíblica vincula o conhecimento da verdade à libertação: “O Presidente Bolsonaro está libertando o Brasil por meio da verdade. Nós vamos também libertar a Política Externa Brasileira (PEB), vamos libertar o Itamaraty, como o Presidente Bolsonaro prometeu que faríamos, em seu discurso de vitória”. Observa-se que desejo e poder perpassam a construção e a difusão de discursos tidos como verdadeiros em determinada sociedade. Ora, se a verdade não é um fato, mas um elemento constituído, construir um discurso de governabilidade alçado nessa pretensão de se conhecer a verdade implica em construir, discursivamente, um esquema representacional que tome esse discurso como o certo, coerente e justo. O encerramento do discurso do então Ministro Ernesto Araújo apela para a verdade como instrumento de libertação, via amor:

[Excerto 42]

A verdade liberta, mas para chegar à verdade é preciso conhecê-la. E não se trata aqui de um conhecimento racional, pois a verdade não pode ser ensinada, a verdade nesse sentido profundo não pode ser ensinada por dedução analítica. Gnosis é o conhecimento no sentido de uma experiência mais íntima. A verdade é essencial, mas não pode ser ensinada nem aprendida. Mas se é assim, como é que nós vamos conhecer a verdade, que é a chave disso tudo? Para explicar isso eu queria apelar a um brasileiro ilustre, Renato Russo, quando ele diz: “é só o amor, é só o amor que conhece o que é verdade. (...) É só o amor que explica o Brasil. O amor, o amor e a coragem que do amor conduziram os nossos ancestrais a formarem esta nação imensa e complexa. (...) Foram o amor, a coragem e a fé que trouxeram até aqui, através do oceano, através das florestas, pessoas que nos fundaram (...)” (ARAÚJO, 2019, s.p.).

Lendo o discurso de Araújo (2019), constatamos que existem três pontos básicos indicados pelo ministro: i) a verdade liberta, ii) essa verdade não é racional (por isso não pode ser ensinada analiticamente, sentimo-la intimamente) e iii) a verdade só é conhecida pelo amor. Desses três enunciados, pode-se estabelecer o evento social do governo Bolsonaro: em primeiro, o ministro conclama a todos para conhecerem a verdade. Enquanto orientação social mais ampla, ao decretar que o novo presidente inicia um governo que liberta porque é alicerçado na verdade, Araújo (2019) automaticamente se contrapõe polêmicamente, aos governos anteriores. Enquanto modelo responsivo, a verdade de Bolsonaro se contrapõe à mentira daquilo que, até então, era governo. A alternância se dá de forma polêmica pois os outros, os governos anteriores, ecoam alternativamente como polo negativo.

Poder-se-ia, nesse momento, contrapor às palavras de Araújo ao pensamento científico – pois, como asseverou Bakhtin (2011), há em todo enunciado concreto um contexto verbo-ideológico ancorado no tempo e no espaço – mas, argutamente, o ministro apresenta sua segunda premissa, a de que a verdade não é racional, por isso impossível de ser deduzida analiticamente. Ao fugir para um *locus* incapaz de ser apreendido, o ministro encerra sua colocação afirmando que a única forma de entender essa atividade mental guiada por uma orientação social é por meio do amor, ou seja, uma outra forma também irracional.

Ao decretar o amor como *modus operandi* da verdade a ser implementada pelo governo Bolsonaro, Araújo conclama que o povo brasileiro adquira uma forte afeição por tudo aquilo que será realizado, sem qualquer questionamento – afinal, o amor não se explica por dedução analítica e é isento de reflexão crítica. Ou seja, a ideologia, desenvolvida por Araújo e constantemente afirmada por outros ministros, se baseia no discurso cristão, e cria uma realização exterior mais ampla, mais imediata, mas com certa delimitação de interação, pois obriga o interlocutor a acreditar na “verdade” por meio de seu sentimento.

Brum (2019) destaca que a equipe Bolsonaro “vendeu”, aos seus eleitores, o passaporte de volta para o paraíso perdido: “Essa ‘nova direita’ compreende muito bem os anseios de uma parcela dos homens desesperados desse tempo”. Na busca por se filiar aos campos da comunicação discursiva daqueles que o elegeram, (re)produzindo uma visão que satisfizesse aos “anseios” dos seus eleitores, “Bolsonaro prega “transformação”, mas somente se elegeu porque sua proposta de “mudança” trabalha com a ilusão do retorno. E, essa ilusão é bem compreendida no discurso de Araújo. Há realmente um retorno ao processo de criação de significados e uma ressignificação do termo verdade e de sua funcionalidade.

Em uma leitura desse discurso político, o que se constata é que o enunciador trata o discurso da governabilidade anterior, impõe-se como criador de um discurso amoroso que “explica o Brasil”, resgata corajosamente um projeto ancestral e se firma pela verdade trazida pelos fundadores da nação brasileira; verdade essa impossível de ser compreendida ou racionalizada. Seu realizar-se faz-se apenas por meio do amor.

Esse discurso, que se quer fundador, entretanto, apresenta duas falácias básicas até aqui. A primeira se dá com a palavra amor. Se a governabilidade bolsonarista se dá por meio do amor, sua enunciação concreta não poderia ser polêmica, afinal, o amor, como bem conceitua todo dicionário, se dá por afeição e empatia, jamais por embates e polêmicas. A segunda falácia detectada está no cerceamento do pressuposto filosófico que acompanha esse

**Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 8, n. 1, 2024, p. 354-376**

discurso. Se existe uma proposta ou um projeto político de governabilidade, ele não precisa ser esclarecido, antes, ele só pode ser alcançado por meio de uma fé cega e de uma crença inabalável naquilo que é apresentado como verdade. Contudo, se há proposta, ela não pode ser construída por meio da fé e da irracionalidade, pois toda construção – mesmo que seja um resgate de uma verdade abafada por discursos opostos – precisa ser apresentada e construída enquanto tal. A simples fé amorosa não garante qualquer projeto, apenas um vazio discursivo cujo preenchimento não se dá em momento algum.

Esse vácuo, inclusive, parece ser um elemento presente em todos os componentes do governo Bolsonaro. Se se avançar no discurso de Ernesto Araújo, não há nada diferente:

[Excerto 43]

O Presidente Bolsonaro disse que nós estamos vivendo o momento de uma nova independência. É isso que os brasileiros profundamente sentimos. E deveríamos senti-lo e vivê-lo, ainda mais aqui no Itamaraty, onde a história está tão presente. Deveríamos deixar fluir por estes salões e corredores a emoção deste novo nascimento da pátria. Precisamos esquecer e lembrar de quem somos, de quem estamos voltando a ser (ARAÚJO, 2019, s.p.).

O pequeno trecho comprova, *ipsis literis*, o já afirmado. Ao se observar a primeira oração do período, há uma informação: “o presidente Bolsonaro disse”. A segunda oração, ao invés de complementar ou se justapor a primeira, afirma que ela é uma “verdade sentida”. Mais que isso, a continuação do discurso comprova que, se alguém não o sente, deveria sentir, quase como obrigação, em especial no Itamaraty. Veja: já anteriormente o ministro afirmou que era necessário acreditar em uma verdade que não seria dedutível, apenas sentida. Já neste momento, o ministro passa da teorização para a realização. Dessa forma, se antes dever-se-ia aceitar, pela via do amor, a verdade imanente ao discurso de Bolsonaro, neste caso o ministro cita o presidente e diz que essa fala é uma verdade que deve ser sentida e acreditada “acima de tudo e de todos”.

Junto à instauração dessa “nova verdade”, Araújo (2019) implanta uma nova visão de Estado: o Estado que crê terrivelmente e de forma exasperadamente cristã e parcial. Para isso, como deixa claro em seu discurso, o presidente Jair Bolsonaro precisará implantar uma nova república.

Essa nova república, guiada pelo eleito e atual Marechal Deodoro da Fonseca, implantar-se-á por meio de um “sentimento verdadeiro” que todos devem procurar por meio da fé. Ou seja, ao repetir a História do Brasil tendo como centro a figura de Bolsonaro, o novo chanceler explicita que todos devem sentir para poder conseguir viver sob esse novo jugo. E, **Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 8, n. 1, 2024, p. 354-376**

mais uma vez, retoma-se a ideia de que a verdade não é algo que deva ser verificável (repetir o marechal em um capitão), conferido ou deduzido de forma racional. Antes, se trata de um caso de fé, de crença, não passível nem de verificação nem de comprovação, tampouco de questionamento.

Por isso, o novo marechal se traveste em atual herói da independência e conclama ser reconhecido pelo Itamaraty e por seus corredores que presentifica a História. A ideia de "herói" é muitas vezes associada a indivíduos que são admirados por suas ações extraordinárias e que são considerados modelos de conduta para outras pessoas. Esses indivíduos geralmente são vistos como líderes que têm a capacidade de inspirar outros e de mudar o mundo ao seu redor.

No contexto do governo de Jair Messias Bolsonaro, muitos de seus apoiadores o veem como um "herói", um "salvador da pátria" que é capaz de lutar contra a corrupção, a criminalidade e a esquerda. Ele é, muitas vezes, retratado como um líder forte que não tem medo de tomar decisões impopulares, e que está disposto a enfrentar os desafios que o país enfrenta.

No entanto, a ideia de Bolsonaro como um "herói" é problemática, especialmente para aqueles que não se alinham ideologicamente ao olavismo<sup>9</sup> e ao bolsonarismo como, por exemplo, os seguidores da ideologia do *white power* (expressão utilizada por grupos e indivíduos que defendem a supremacia branca, ou seja, a ideia de que a raça branca é superior a outras raças e deve ter um poder político, econômico e social superior), porque ele tem uma longa história de declarações polêmicas e de atitudes questionáveis em relação a minorias e a grupos marginalizados. Além disso, alguns questionam se as políticas e decisões de Bolsonaro realmente melhoraram a vida dos brasileiros, especialmente no que diz respeito à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

Em relação à ideia de "capitão", que é frequentemente usada para se referir a Bolsonaro, podemos pensar nela como uma referência a sua carreira militar anterior. Para alguns, essa imagem de um líder militar forte e disciplinado pode ser atraente, especialmente

---

<sup>9</sup> Olavo Luiz Pimentel de Carvalho (1947-2022): escritor e polemista brasileiro, atuou como jornalista e astrólogo. Representante intelectual do conservadorismo no Brasil, considerado uma influência na extrema-direita brasileira. Ficou conhecido por sua rejeição ao "politicamente correto", suas teorias conspiratórias e informações incorretas foram amplamente divulgadas em suas publicações. Embora tenha alcançado sucesso de vendas em suas obras como, por exemplo "O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota" (Record, 2013), que segundo a *Amazon* vendeu mais de 150 mil exemplares no Brasil, elas não tiveram impacto no meio acadêmico (SZWAKO; RATTON, 2022).

em um país que enfrenta altos índices de criminalidade e violência. No entanto, é importante lembrar que o papel de um governante é muito diferente do papel de um líder militar. Em um sistema democrático, o líder deve estar disposto a ouvir e responder às vozes de todos os cidadãos, independentemente de suas opiniões políticas ou ideológicas. Alguns críticos argumentam que Bolsonaro não é capaz de fazer isso, e que suas decisões e políticas muitas vezes parecem ser impulsionadas por uma ideologia de direita rígida.

Ao pedir para deixar fluir a nova independência pelos corredores do Itamaraty, podemos inferir ser possível, inclusive, que Araújo exija dos diplomatas o cumprimento de suas tarefas de negociar, informar e representar em favor de uma nova política que pretende, qual a república, apagar a anterior e suas marcas – sejam elas positivas ou não.

Ao negociar não apenas em nome do Estado, mas também de um governo em particular, o diplomata passa a representar o interesse de uma ideologia, criando, assim, aquela verdade acreditada e defendida pelo ministro. Enquanto sujeito que tem a tarefa de informar, o diplomata, ao assumir a presente ordem, acaba por criar condições existentes de uma perspectiva ou uma ideologia.

Sendo assim, em um arguto discurso, montado dentro de um modelo quase escolástico, Araújo tenta, por meio do fato, comprovar que suas afirmações são verdadeiras e que, por merecimento e por justiça, todos (em especial no Itamaraty) deveriam sentir o mesmo, pois, somente por meio desse sentir, essa verdade fluiria.

Apesar de bem montado, o discurso, quando analisado de perto, comprova seu vazio argumentativo. Não há proposta, não há projeto e nem há comprovação de nada. Apenas um sentir que desesquece platonicamente uma suposta verdade estabelecida pelos fundadores da nação (sem se saber exatamente quem sejam esses fundadores, se os portugueses que chegaram aqui em 1500 ou se os patronos políticos de estirpe extremista, nacionalista e de direita) e apagada pelo governo anterior. Dito de outra forma, Araújo retoma, por outras vias, a declaração de Damascos sem a contraposição básica posta entre a laicidade do Estado e a religiosidade.

A Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos utiliza uma conjunção adversativa para justapor Constituição e Cristianismo em sua fala. O uso dessa justaposição diz mais do que, pretensamente, a ministra acredita ter expressado. O uso da adversativa “mas” em um discurso não implica apenas a contraposição de ideias. Antes, seu uso apresenta

uma mudança diretiva de sentido (DUCROT, 1987). A orientação argumentativa operada pelo “mas” cria uma proposição, na qual o primeiro termo (Estado laico) é terrivelmente suplantado pelo segundo (Cristão).

Essa suplantação da lei pela crença é, argutamente, a mesma proposta apresentada por Araújo em seu discurso. A verdade posta (constituição) deve ser suplantada pela verdade trazida por Bolsonaro. Uma verdade que não se deduz nem se racionaliza, mas se sente por meio do amor incondicional (fê). Contudo, essa tentativa de Araújo em não contrapor Constituição e Cristianismo acontece para propor que as leis e o próprio Estado são partes de um todo maior, o discurso da crença, verdadeiro fundador da governabilidade de Bolsonaro.

Assim, por meio de um desvio cheio de contornos, Araújo muda, qual a ministra Damares, o sentido diretivo da lei brasileira, decretando que a pluralidade não é um caminho existente no governo Bolsonaro, afinal, somente existem duas possibilidades segundo Araújo (2019): a daqueles “que estão conosco e aos que ainda não estão conosco”. Se antes o Estado deveria agir com o máximo de neutralidade e igualdade possível com relação às mais diversas pautas, agora, neste governo de fê, o sentido direto não é mais a neutralidade, antes o engajamento cristão, mesmo que esse seja terrível.

É importante notar, ainda, que esse jogo linguístico criado por Araújo (2019) tem o intuito de afirmar que, apesar de unilateral, não há qualquer desvio de manutenção da democracia e os direitos individuais e coletivos, antes que eles são realocados em novos sentidos, irmanados em um “novo saber” instaurado pelo poder do governo que se inicia. Não à toa, o pronunciamento de Araújo termina fazendo alusão à verdade e a religião:

[Excerto 44]

O Presidente Jair Bolsonaro está aqui, chegou até aqui, e nós com ele, porque diz o que sente. Porque diz a verdade. E isso é o logos. Eu vou terminar falando do princípio e citando novamente São João, a abertura do Evangelho de São João, quando diz “en archê ên ho logos”. O princípio era o logos. A palavra. O verbo. Archê, a última palavra em grego que eu vou dizer aqui hoje, significa princípio, tanto no sentido de início, quanto no sentido, principalmente, de força estruturante, princípio estruturante. A realidade, pelo menos a realidade humana, está estruturada em torno da linguagem, da palavra, do verbo, portanto do logos. Tudo o que temos, tudo de que precisamos, é a palavra. Ela está aprisionada, mas com amor e com coragem havemos de libertá-la. Que Deus abençoe a todos vocês, aos que creem e aos que não creem, aos que estão conosco e aos que ainda não estão conosco. Que Deus abençoe o Presidente Jair Bolsonaro e que Deus abençoe o Brasil. Anuê Jaci! Muito obrigado (ARAÚJO, 2019, s.p.).

A leitura desse excerto 44 reforça a argumentação desenvolvida até o momento. Ao afirmar a chegada de Jair Bolsonaro ao poder por dizer “o que sente”, Araújo (2019) incita que o princípio desse projeto não está no dizer, antes no sentir. E, sentir é verdade, aquela verdade que estava no início (tanto do *logos* quanto da fundação das terras brasileiras).

Assim, ao citar em grego o Evangelho de João, o ministro empossado apenas se vale de um dispositivo de autoridade que disfarça um vazio do projeto apresentado. Cercado de termos gregos, referências latinas, citações bíblicas e de um extremo e desambientado tupi, Araújo comprova apenas que existe, por trás de um discurso embelezador, que se quer verdadeiro, apenas um projeto microcefálico de governo, mas macrocefálico de vontade de verdade.

Dessa forma, o efetivamente dito por Damares e teorizado por Araújo em seus discursos de posse apresenta um papel semântico extremamente importante para se entender sob qual perspectiva caminha o cenário político brasileiro interno e externo. Há, em verdade, todo um movimento polifônico construído por meio da conjunção, mas que explicita a normatividade do novo governo.

Em termos polifônicos Damares (2019), a responsável pelo enunciado, põe em cena um ponto de vista que representa uma voz geral, mas desqualifica essa voz por meio da quebra de expectativa direcionada pelo “mas” e imposta de vez com uma conclusão contrária do que se esperava comumente. Damares (2019) usa uma voz autorizada (a igreja e a fé) para conseguir a credibilidade ao que enuncia. Contudo, apesar desse exercício, a Constituição ainda é um conjunto de leis e ordens que serve de guia para a nação brasileira até o momento, cabendo ao ministro “comprovar” que existe uma verdade anterior a esta Lei em vigor. Dessa forma, a expectativa criada por Damares (2019) em sua fala se solidifica em Araújo (2019), quando este, no interior do seu próprio enunciado, faz habitar outras vozes. A consequência imediata do uso desse tipo de enunciado promove a isenção quanto à responsabilidade do enunciado. Ou seja, Araújo (2019) forja um discurso que evita críticas imediatas ou mesmo sua nulidade.

Há, portanto, relações dialógicas entre os enunciados concretos proferidos por Damares e Araújo, em seus discursos de posse. Há um propósito ideologicamente marcado e demarcado de um projeto político ditatorial que fere a Constituição Brasileira. Em outras palavras, os enunciados proferidos pela Ministra Damares Alves e pelo Ministro Ernesto Araújo em seus discursos de posse compartilham algumas características em comum. Ambos

**Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 8, n. 1, 2024, p. 354-376**

os ministros fazem declarações que são ideologicamente marcadas e demarcadas por um projeto político específico. Em particular, eles defendem uma visão conservadora e reacionária que muitas vezes entra em conflito com os direitos humanos e as liberdades individuais.

No caso da Ministra Damares Alves, ela se destacou por suas posições conservadoras em relação a questões como aborto, diversidade de gênero e direitos das minorias. Em seus enunciados, ela frequentemente utiliza um discurso religioso e moralista para justificar suas posições políticas. Por exemplo, em uma entrevista em 2019, ela afirmou que "o Brasil vai se levantar como uma nação cristã e conservadora" e que é preciso "combater a ideologia de gênero, que é uma ideologia maligna" (HENRIQUE, 2019).

Já o Ministro Ernesto Araújo tem sido criticado por suas posições antiglobalização e anti-ambientalismo, além de por sua defesa do regime militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985. Em seus enunciados, ele frequentemente utiliza um discurso nacionalista e conspiratório para justificar suas posições políticas, proferindo ser a globalização uma religião globalista e que o comunismo tem se infiltrando em todas as esferas da vida (SOUZA; MELO; NOGUEIRA, 2023b).

Em relação às relações dialógicas entre os enunciados dos ministros, é possível identificar algumas conexões. Por exemplo, ambos compartilham uma visão de que há uma conspiração globalista para minar os valores tradicionais e a soberania nacional. Além disso, ambos também compartilham uma retórica de combate aos "inimigos" ideológicos, que muitas vezes são representados por grupos marginalizados ou dissidentes políticos.

Ao longo deste artigo, viu-se que a contraposição entre Constituição e Cristianismo suscita, ainda, uma questão temporal. Ao evocar o Evangelho de João, Araújo (2019) recorre aos versículos iniciais dele para, em grego citar que o princípio de tudo não é a lei, mas a palavra. Assim, o ministro declara que a palavra que advém de Bolsonaro será “de força estruturante, princípio estruturante” e que, “tudo o que temos, tudo de que precisamos, é a palavra”.

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos do diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas); eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. [...] Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo (BAKHTIN, 2011, p. 410).

Orientados pelo pensamento bakhtiniano, não se pretende, neste momento, apresentar conclusões, senão alguns pontos pertinentes que sobressaem à reflexão do e no tempo presente. A partir do instrumental teórico-metodológico da ADD, é possível encontrar, no discurso de posse do ministro Ernesto Araújo, questões valorativas e de usos manipulativos da linguagem para a orientação política externa brasileira sob o governo Bolsonaro. A evidente ausência do diálogo e a plena negação de um estado democrático na formulação da PEB implica reconhecer a produção de um silêncio cujos efeitos merecem investigação maior e mais detalhada.

Ao reformular a composição da PEB, que caminha em direção oposta à dos períodos anteriores, a política internacional, refletida no discurso do ministro Ernesto Araújo, não permite a reunião de setores econômicos de interesse nacional, antes valorizam um processo de desnacionalização, orientado pelos interesses do capital internacional. O discurso de posse intensifica uma mentalidade conservadora que, como ele mesmo declara, encontra-se na origem do Estado brasileiro.

Vale, ainda, destacar que Araújo representa uma tendência no âmbito do Itamaraty que carece de aprofundamento investigativo: um corpo diplomático constituído, predominantemente, por homens, cis, héteros, brancos e oriundos de classe média alta brasileira, o que se contrapõe à organização social do país e à sua pluralidade, efeito herdado de um processo colonizador que adquiriu, na contemporaneidade, a face de um modelo neoliberal conservador.

As reformas institucionais do Ministério do Exterior, acompanhadas da criação de uma academia diplomática - o Instituto Rio Branco, em 1945 -, ajudaram a reescrever a história num rumo mais racional-legal-burocrático, mas não alteraram fortemente o sentido social. Por outros caminhos e simbologias, o elitismo persistiu. Bem assim, a “cultura do cavaleiro” continuou viva no seio do estamento diplomático. Se não na modalidade do guerreiro militar do século XIX (que evocava, inadvertidamente, a *noblesse d’epée* eliasiana), então sob a forma sublimada do homem branco, de família aquinhoada, cultivado e heterossexual (o *aristoi* moderno), a quem as responsabilidades de formulação e representação na política Internacional poderiam ser confiadas (LOPES, 2017, p. 88).

É necessário lembrar, novamente, que as referências do pensamento diplomático brasileiro – e, por consequência, de Ernesto Araújo – foram herdadas do Segundo Reinado, do já ultrapassado século XIX. Assim, guardadas as devidas proporções espaço-temporais, o discurso que analisamos de Araújo (2019) atualiza um conservadorismo extremado a fim de, supostamente, “assegurar a unidade nacional” (RICUPERO, 2017).

É justamente essa política de silenciamento do diferente, de negação do progressismo e de um conservadorismo muito premente que gerou diversos níveis de silenciamento quanto à composição dos interesses nacionais. Isso se nota, inclusive, na fala do ministro:

[Excerto 45]

Eu me lembro desse momento muito marcadamente e eu percebi: olha, **isso aqui não é simplesmente uma repartição pública, isso aqui é uma espécie de um santuário**. É uma espécie de túnel do tempo, onde os heróis estão vivos, os heróis famosos e os heróis anônimos, onde nós convivemos com os descobridores, com Alexandre de Gusmão, José de Anchieta, com D. João VI, com os Imperadores e as princesas, com os bandeirantes e os abolicionistas, com os seringueiros e garimpeiros e tropeiros que construíram essa nação, e até mesmo com o estranho caso de um Barão monarquista que se tornou o grande ídolo da República (ARAÚJO, 2019, s.p., destaques nossos).

A asseveração de Araújo, que idolatra o passado colonial, as figuras quase míticas que não compõem a realidade brasileira e os projetos retrógrados implantam um rompimento entre o Estado e o princípio tutelar público. Ao recriar esse lugar por meio de signos, discursos, objetos, práticas sociais e estratégias organizacionais, o impacto é sentido imediatamente. Já não há mais a inclusão e a busca pela equidade de setores da sociedade historicamente desfavorecidos. Isso pode ser observado no enunciado:

[Excerto 46]

Nós temos tradições, é claro, mas precisamos empregá-las como estímulo para buscar a verdade e a liberdade, como serviço à pátria, como serviço a todos os brasileiros, tanto os mais humildes, quanto os mais afortunados do nosso povo (ARAÚJO, 2019, s.p.).

No fragmento 46, é importante destacar a ênfase que o autor dá à ideia de tradição, sugerindo que essa tradição deve ser vista como um estímulo para buscar a verdade e a liberdade. Isso pode ser interpretado como uma tentativa de resgatar valores e ideais que são considerados importantes para a sociedade brasileira, mas que muitas vezes são negligenciados ou esquecidos. Por outro lado, a afirmação de que a tradição deve ser empregada como um serviço à pátria e a todos os brasileiros pode ser vista como uma tentativa de criar uma conexão entre o passado e o presente, sugerindo que o resgate das tradições pode ser benéfico para toda a sociedade. No entanto, é importante questionar como exatamente essa conexão entre tradição e serviço pode ser estabelecida na prática, especialmente considerando as diferenças sociais e econômicas existentes no país.

Além disso, é possível argumentar que a ideia de "serviço à pátria" pode ser utilizada de maneira equivocada ou mesmo perigosa, especialmente se for interpretada de forma nacionalista ou autoritária. Afinal, o que exatamente significa "servir à pátria"? Quem define

o que é ou não benéfico para a nação como um todo? Como garantir que as políticas e ações empreendidas em nome do "serviço à pátria" não violem os direitos e liberdades individuais?

O trecho do discurso de posse de Ernesto Araújo que enfatiza a importância da tradição pode ser visto como uma tentativa de resgatar valores e ideais que são considerados importantes para a sociedade brasileira. No entanto, é importante questionar como exatamente essa conexão entre tradição e serviço pode ser estabelecida na prática e como garantir que as políticas e ações empreendidas em nome do "serviço à pátria" não violem os direitos e liberdades individuais.

### **Palavras (não)conclusivas**

Ao longo deste artigo, articulamos os Estudos da Linguagem, da Ciência Política e das Relações Internacionais para, filiados ao Círculo de Bakhtin, compreender algumas das influências da cosmovisão religiosa nas construções discursivas da Política Externa Brasileira (PEB). Comungamos da perspectiva bakhtiniana que compreende o enunciado concreto como sendo um evento social e um elemento inseparável da vida linguística e ideológica. Dessa forma, tomamos como principal enunciado concreto o discurso de posse de Ernesto Araújo, como Ministro das Relações Exteriores, em janeiro de 2019 e buscamos compreendê-lo em diálogo com o contexto sociopolítico-ideológico mais amplo que o abrigou, como alguns pronunciamentos do então presidente Jair Bolsonaro e fragmentos do discurso de posse da ministra das Mulheres e Direitos Humanos, Damare Alves.

A relação entre política e religião, como expressa nos discursos do então presidente e de seus ministros, reflete a busca por construir uma ideologia que representa os interesses dos setores mais conservadores da sociedade, os quais desempenharam um papel significativo na vitória eleitoral de 2018. É importante ressaltar que essa parcela não constitui o único grupo de apoiadores do projeto político de Bolsonaro, mas desempenhou um papel relevante ao articular um discurso que apelava às massas, especialmente em um contexto no qual a mídia frequentemente deslegitimava nossa já fragilizada democracia, proporcionando uma percepção de "promessa" de mudança.

Neste contexto, é possível observar a articulação de uma narrativa que busca mobilizar a população por meio da exploração de questões religiosas, políticas e sociais. Essa estratégia visa apelar para as aspirações e preocupações de determinados grupos, oferecendo uma

suposta alternativa às insatisfações existentes na sociedade. A simplificação e a polarização presentes nesse discurso têm o objetivo de angariar apoio e fortalecer uma base de sustentação política.

No entanto, é importante enfatizar que a construção de uma ideologia política que se baseia em uma vinculação estreita entre política e religião pode gerar tensões e desafios para a democracia. Ao polarizar questões complexas e explorar sentimentos religiosos para fins políticos, existe o risco de restringir a pluralidade de visões e valores presentes em uma sociedade diversa. Além disso, a simplificação excessiva pode comprometer a discussão fundamentada e a compreensão aprofundada das questões em jogo, prejudicando o diálogo e a busca por soluções equilibradas.

Portanto, é necessário analisar criticamente essa relação entre política e religião, reconhecendo sua influência na formação da opinião pública e no direcionamento das agendas políticas. O estudo desses discursos e estratégias é fundamental para compreender os processos políticos e sociais contemporâneos, bem como para promover um debate informado e plural, que contribua para a consolidação democrática e o respeito aos direitos e diversidade de pensamento em uma sociedade democrática.

## Referências

ALMEIDA, R. Deus acima de todos. In: SPEKTOR, M. et al. (org.) *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019a. p. 35-51.

ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-215, jan./abr. 2019b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ARAÚJO, Ernesto. *Transcrição do discurso do Embaixador Ernesto Araújo na cerimônia de posse como Ministro das Relações Exteriores*, em Brasília, 2 de janeiro de 2019. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/15q\\_TwFebmE1sNk1vhGSgeVeQFrILE\\_Ij/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/15q_TwFebmE1sNk1vhGSgeVeQFrILE_Ij/view?usp=sharing). Acesso em: 20 mai. 2020.

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.

BELLO, W. *Counterrevolution: The Global Rise of the Far Right*. Halifax, Canada: Fernwood Publishing, 2029.

BINGEMER, M. C. L. *A fonte e o futuro da Teologia da Libertação*. São Paulo: Reflexão, 2017.

BORGES, A. 'O Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã', diz Damares Alves. *UOL*, Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/01/02/o-estado-e-laico-mas-e-ssa-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-alves.htm>. Acesso em: 25 nov. de 2021.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006a. p. 09-32.

BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. *Gragoatá*, Niterói-RJ, n. 20, p. 47-62, jan./jun. 2006b. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33238>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRUM, E. O homem mediano assume o poder: o que significa transformar o ordinário em "mito" e dar a ele o Governo do país?. *El País*, [S.l.], 4 ene. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311\\_448043.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html). Acesso em: 28 jul. 2019.

CARTA CAPITAL. *Bolsonaro pediu troca do termo 'Golpe de 1964' por 'revolução' no Enem, dizem servidores*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-pediu-troca-do-termo-golpe-de-1964-por-r-evolucao-no-enem-dizem-servidores/>

DESTRI, A.; MARCHEZAN, R. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. *Revista da ABRALIN*, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1853>. Acesso em: 12 fev. 2023.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FISCHMANN, R. *Estado laico, educação, tolerância e cidadania*. São Paulo: Factash Editora, 2012.

GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação: perspectivas*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HENRIQUE, L.A. *A nova era apocalíptica: menino veste azul e menina veste rosa*. Maringá: Viseu, 2019.

LEIA a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml#:~:text=Hoje%2C%20aqui%20estou%2C%20fortalecido%2C,Governar%20com%20voc%C3%AAs>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LOPES, D. B. Elitismo e política externa: notas sobre os fundamentos aristocráticos e oligárquicos da política externa brasileira. In: WESTMANN, G. (org.) *Novos olhares sobre a política externa brasileira*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 73-91.

NOURBAKSH, S. N. et al. Rise of the Far Right parties in Europe: from Nationalism to Euroscepticism. *Geopolitics Quarterly*, Volume: 18, N. 4, Winter 2023, p. 47-70.

**Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 8, n. 1, 2024, p. 354-376**

PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. *The Rise of the Radical Right in the Global South*. London: Routledge, 2023.

PIOVEZANI, C.; GENTILE, E. *A linguagem fascista*. São Paulo: Hedra, 2020.

PRIBERAM. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, [S.l.]*, c2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 15. dez. 2021.

RICUPERO, R. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SOUZA, L. V. O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988. *Justificando*, [S.l.], 14 fev. 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/02/14/o-principio-da-laicidade-na-constituicao-federal-de-1988/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SOUZA, F. M. *Um estudo dialógico de enunciados concretos do discurso da política externa brasileira (2019)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2023. 199 f.

SOUZA, F. M.; MELO, F., NOGUEIRA, S.G. *Discurso da política externa brasileira em tempos de Bolsonaro e Araújo*. São Paulo: Mentis Abertas, 2023.

SOUZA, F. M.; MELO, F., NOGUEIRA, S.G. Constituindo as bases para uma análise dialógica do discurso político. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 325–349, 2023a. DOI: 10.21680/1984-3879.2023v23n2ID31902. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/31902> . Acesso em: 5 fev. 2024.

SOUZA, F. M.; MELO, F., NOGUEIRA, S.G. O Globalismo e a religião no discurso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil em 2019. *Revista Eletrônica da Estácio Recife*, [S.l.], v. 9, n. 3, 2023b. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/729>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SZWAKO, J.; RATTON, J. L. (org.) *Dicionário dos Negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe, 2022.

VOLÓCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017.